

Sónia Pires¹

Centro de Estudos Sociais, Núcleo de Estudos das Migrações

O Terceiro Sector Imigrante e as Associações dos Imigrantes do Leste Europeu em Portugal – Estruturação de um Novo Espaço de Cidadania?²

Resumo: Este artigo aborda o panorama associativo dos imigrantes do Leste Europeu recém-chegados a Portugal, tomando em consideração o terceiro sector imigrante e as estruturas pré-existentes. Diferentes espaços associativos estão em criação em Portugal, havendo um suporte institucional que determina a configuração desses mesmos espaços. A questão determinante é a de saber até que ponto essas associações têm viabilidade no seio do mundo associativo imigrante em Portugal. Diferentes factores poderão sugerir uma estruturação do mundo organizacional dos imigrantes do Leste Europeu mais apta a entrar no campo político e a criar um espaço de cidadania participativa, novo entre os imigrantes.

1. Introdução: Enquadramento Teórico aos Movimentos Sociais, ao Terceiro Sector e à Cidadania

Portugal apresenta uma série de particularidades no panorama dos direitos económicos, sociais, políticos e culturais (Cabral, 1997; Hespanha, 2000; Santos, 1995, 1999) que levanta, por sua vez, a questão de se perceber como é que os diferentes grupos imigrantes, que se têm vindo a constituir como grupos de interesse, estruturam os seus espaços de cidadania,³ perante um contexto generalizado de restrição à vinda e permanência de imigrantes na União Europeia.

¹ Licenciada e mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Trabalhou em diversos projectos no CES, na área das Migrações. Membro da Rede Imiscoe. Prémio de Estímulo à Investigação 2002 Fundação Gulbenkian. Actualmente bolsista do Governo Federal Suíço, a participar num projecto europeu sobre imigração, na Universidade de Berna. A partir de Setembro de 2004, inicia programa de doutoramento em ciências políticas e sociais no Instituto Universitário Europeu, Florença, Itália.

Contacto: brigitepires@hotmail.com; brigitepires@aeiou.pt

² Este trabalho enquadra-se num projecto mais vasto intitulado “Abordagem Institucional à participação e inclusão dos imigrantes no *mainstream* nacional: o caso português”, subsidiado pela Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do Programa Estímulo à Investigação 2002.

³ Como diversos autores na área da imigração alertam, é importante prestar atenção às fontes do poder social, político e legal que dão sentido à inclusão e participação ao nível nacional dos interesses dos imigrantes (Geddes, 2000).

Uma das abordagens à integração/incorporação de imigrantes elege como fonte de análise os movimentos sociais, a cidadania e o terceiro sector, adquirindo relevo e popularidade na Europa, com a constatação das desvantagens políticas e os bloqueios no acesso à cidadania de que sofrem os imigrantes e os seus descendentes. Segundo Maurice Jackson (*apud* Ireland, 1994: 276), os movimentos sociais podem ser definidos “como a interacção mais ou menos contínua de seres humanos conscientes numa colectividade emergente organizada em torno de um objectivo”. Defendem que os imigrantes devem, antes de mais, agir politicamente para ter um acesso igual aos recursos existentes na sociedade de acolhimento. As mudanças sociais são acima de tudo o resultado de uma acção política, em que grupos organizados, ao promover e ao resolver o conflito e ao desenvolver instituições alternativas, não só acedem aos direitos existentes como promovem a promulgação de novos direitos. Estas perspectivas têm a vantagem de não se limitar apenas à análise da imigração e das minorias étnicas e/ou raciais, mas de serem extensíveis à compreensão de temas como a desigualdade e a integração social.

A cidadania e o seu acesso são entendidos como a solução para colmatar lacunas decorrentes de novas formas de diferenciação social e novos padrões de desigualdade social que a imigração acarreta no seio de uma sociedade nacional (Heisler, 1992).

A forma como os estados-nação têm resolvido a questão do acesso à cidadania difere de acordo com as várias experiências históricas subjacentes à sua formação, e decorre a dois níveis, quer a forma como os estados-nação regularizam a admissão à comunidade constitutiva da nação, isto é, as regras de acesso à cidadania, quer os deveres e direitos que regem a pertença a essa mesma comunidade – isto é a cidadania substancial (Soysal, 1994). A cidadania nos países desenvolvidos apresenta-se, portanto, como um instrumento poderoso de fechamento social.

Assim, verificamos que a criação de espaços de cidadania, que são as associações em geral e as associações de imigrantes em particular, as organizações não governamentais, as organizações de índole religiosa, permite, por um lado, criar e consolidar grupos distintos de imigrantes e, por outro lado, criar e consolidar direitos que a prática social veda (Vertovec, 1999).

Analisar a representação dos interesses dos imigrantes no acesso à inclusão desses mesmos interesses no panorama nacional é primordial. Esses interesses são, na sua grande maioria, mediados pelo contexto institucional, que alguns autores definem como sendo a

variável independente que estrutura as hipóteses de inclusão e participação nos grupos políticos e sociais do *mainstream* nacional (Geddes, 2000). Para Patrick Ireland (1994: 7), os sindicatos de trabalhadores, os partidos políticos, os grupos de solidariedade religiosos e humanitários têm agido como portas de entrada institucionais, que controlam o acesso às avenidas da participação política disponíveis para os imigrantes. Interessa, por conseguinte, questionar o surgimento dos diferentes agentes institucionais que têm vindo a representar os interesses migrantes.

Num contexto de fortes défices de cidadania em Portugal, a começar pelo mercado de trabalho onde muitos dos direitos mais básicos se encontram cerceados (Baganha, 1998, 1999), tem-se assistido ao emergir de um terceiro sector⁴ entre as comunidades imigrantes. Contraditoriamente, os direitos cívicos, como o direito de organização e de liberdade de expressão, e alguns direitos políticos, como a participação nos conselhos consultivos locais e nacionais, não são um entrave à participação imigrante nas esferas da sociedade portuguesa. Tal não sucedeu por exemplo em França, onde, até 1981, as associações compostas por mais de 20% de estrangeiros ou dirigidas por estrangeiros necessitavam de uma autorização especial do Ministério do Interior para poderem actuar (Guiraudon, 2000; Wenden e Leveau, 2001). Após a reforma de 9 de Outubro de 1981, as associações de imigrantes passaram a ter um estatuto idêntico às associações francesas. Em Portugal, o processo foi inverso, ou seja, até 1999 as associações de e para imigrantes não se distinguiam juridicamente de outras associações voluntárias. Para Barbara Schmitter (1981), os direitos que as associações promulgam são conceptualizados como direitos políticos secundários, conceito que a autora assimila a partir do trabalho de Dahrendorf, que os definia como estruturas secundárias e intermédias, que permitem a adesão a organizações e associações próprias para imigrantes.

Alguns estudos neste domínio demonstram a estratificação temporal, social, étnica e económica destas diferentes instituições, que têm servido de base de apoio à integração dos diferentes grupos imigrantes (Albuquerque, 2000; Carita e Rosendo, 1993). Os processos de politização da etnicidade ainda se encontram numa fase embrionária, normalmente confinados a um espaço local de cidadania entre as comunidades dos Países Africanos de Expressão Portuguesa (PALOP) (Machado, 1992). A criação de órgãos consultivos locais e

⁴ A literatura vigente sobre o terceiro sector demonstra a forte dificuldade conceptual e analítica na definição desse fenómeno social, pujante nos países ocidentais. Segundo Martine Barthélemy (2000), e no prolongamento dos estudos de Tocqueville, o terceiro sector é residual e pode definir-se pela sua dupla oposição – assinalando a falta de coerção (voluntary sector) e o objectivo não lucrativo (non-profit sector) – ao poder público e ao mercado. Apresenta-se como uma entidade intermédia entre estado e mercado (Danese, 2001).

nacionais para os assuntos da imigração tem sido um primeiro passo para o reconhecimento das associações como agentes de pressão política.⁵

A última grande vaga de imigração do Leste Europeu parece-nos, de acordo com a informação divulgada pelos meios de comunicação social,⁶ apresentar contornos diferentes ao nível da organização de associações de apoio. Com efeito, verificou-se um forte empenho por parte de diversas entidades institucionais em promover a integração de imigrantes da Europa de Leste (Serviço Jesuíta aos Refugiados, Fundação Calouste Gulbenkian, Poder Local, ONG, associações de imigrantes, etc.).

Perante esta nova realidade, procura-se averiguar, por um lado, como é que esta nova linha de actuação para o Terceiro Sector se tem vindo a estruturar, verificando se estes espaços servem de facto de *fora* de cidadania, e, por outro lado, como é que os agentes centrais desta nova linha de actuação, que são as associações de e para imigrantes do Leste Europeu, se posicionam no mercado do terceiro sector.

2. O Terceiro Sector Imigrante em Portugal – Agentes Predominantes

De acordo com a literatura vigente, o terceiro sector tem sido uma das soluções apresentadas para os claros défices de cidadania por parte das instâncias oficiais, nomeadamente do Estado-Providência (Barthélemy, 2000; Danese, 2001).

No caso da imigração, pode dizer-se que o mercado é extenso e composto por uma série de agentes muito diversificados nos objectivos e na configuração jurídica (Organizações não-governamentais, IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associações de Imigrantes). Quanto à actuação, pode identificar-se, grosso modo, dois grandes tipos de agentes:

⁵ No entanto, e segundo Patrick Ireland (1994:5), é necessário a reunião dos seguintes elementos para haver envolvimento político dos imigrantes: um tempo de permanência dos imigrantes elevado, a intensificação da xenofobia e racismo e a falha do governo em promover a situação sócio-económica dos imigrantes.

⁶ Diversos artigos foram publicados nos principais meios de comunicação social em Portugal, com destaque para as referências seguintes: “Imigrantes pedem acordo entre Ucrânia e Portugal”, *Acime*, 24/11/2003; “Projecto aposta na formação e integração dos imigrantes”, *Jornal de Notícias*, 10/07/2003; “Máfias do Leste no banco dos réus”, *Visão*, 13/02/2003; “Autoridades preocupadas com Máfias de Leste”, *Público*, 31/01/2003; “Ordem dos Advogados dá apoio jurídico a Imigrantes”, *Público*, 14/01/2003; “Igreja quer reforçar apoio a Ucrânianos”, *Público*, 13/11/2002; “Uma cama custa cem euros por mês”, *Diário de Notícias*, 04/06/2002; “Opção pelos de Leste piora situação dos Africanos”, *Diário de Notícias*, 03/06/2002; “A voz da comunidade eslava Jornais em Russo”, *Público*, 19/05/2002; “Casar Precisa-se”, *Expresso*, 15/03/2002; “Russos «lusos» têm 3º jornal”, *Expresso*, 12/01/2002.

– agentes com uma actuação localizada, nos bairros problemáticos onde se concentra uma elevada percentagem de população imigrante;

– agentes como uma actuação de âmbito nacional, funcionando geralmente como grupos de pressão.

A estruturação do associativismo foi faseada e alvo de enquadramento jurídico, identificando-se três fases (Albuquerque, 2000). A primeira fase foi de intervenção e de emergência, com a criação de associações informais para acolher contingentes elevados de imigrantes⁷ em proveniência dos PALOP na década de 1970. A segunda fase é a chamada fase de impulso da intervenção das associações como agentes socio-económicos dos imigrantes. Essa fase ocorre até a primeira metade da década de 1990, com um crescimento elevado do número de associações. É também nesta época que se registam os primeiros passos na reivindicação de direitos de cidadania dos imigrantes, com um investimento no trabalho associativo mais concertado, mais integrado e de longo prazo. A última fase é caracterizada pela maturação do movimento associativo, que ocorre a partir da segunda metade da década de 1990, com o alcance formal do estatuto jurídico de associação de imigrantes. Para algumas associações, é o momento da entrada na etapa da profissionalização.

A maior parte das associações, contempladas nas diversas etapas, é dirigida à população dos PALOP, com algumas excepções como as associações ligadas às comunidades indianas, chinesas, brasileiras e outras nacionalidades residuais. No início da década de 2000, surgem as associações de e para imigrantes do Leste Europeu.

Segundo os dados da última publicação do SOS Racismo (2002), Portugal teria, no cômputo geral, à volta de 200 associações. Destas, apenas 52 associações são reconhecidas pelo Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Esse reconhecimento é feito com base no quadro jurídico das associações de imigrantes, que se estruturou em 1999, com a Lei n.º 115/99, de 3 de Agosto, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de Maio. Os critérios que presidem à selecção das associações visam limpar do terceiro sector imigrante as associações criadas com fins pouco claros. Com efeito, as associações podem beneficiar do estatuto jurídico de associação de imigrantes se tiverem pelo menos 100 associados, bem como estatutos publicados e corpos sociais definidos. O financiamento do

⁷ O termo imigrante poderá não ser o mais adequado no contexto da vinda de pessoas a seguir à descolonização dos países africanos. Com efeito, muitos detinham a nacionalidade portuguesa e eram conhecidos como Retornados.

Estado só pode ser feito no caso de projectos elaborados de forma a incluir parcerias com outras fontes de financiamento. Com efeito, o total do montante outorgado por parte do Estado não ultrapassa 70% do valor necessário para o desenvolvimento do projecto. Isso pressupõe, por conseguinte, que a associação já se encontra numa fase avançada de independência financeira e, portanto, de profissionalismo.

Assim, e à data da investigação,⁸ beneficiaram do estatuto de associação de imigrante reconhecida pelo Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), 6 associações de ou para imigrantes do Leste Europeu (Associação dos Imigrantes do Leste Europeu; Associação de Apoio ao Imigrante – S. Bernardo; Cultural dos Romanos – Mercia Eliade; Respublika; Romena e Povos Amigos; Soyuz); 35 associações dirigidas a imigrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP); 1 associação de imigrantes do Brasil; 7 dirigidas especialmente a descendentes de imigrantes dos PALOP; 3 com objectivos particulares, servindo os imigrantes indistintamente da origem nacional ou étnica.

Para além das associações de e para imigrantes, devemos ainda considerar os organismos ligados à Igreja e às organizações não-governamentais (ONG), detentores de um papel de relevo na área da imigração. Em Portugal, actuam três agentes distintos: a Caritas, o Serviço Jesuíta aos Refugiados e a Obra Católica Portuguesa para as Migrações. No caso do terceiro sector espanhol e italiano, estes agentes têm tido um papel de estruturação do mercado do sector voluntário, dificultando o trabalho de expansão das associações de imigrantes (Moren-Alegret, 2002; Danese, 2001).

As ONG de maior relevo são as que procuram integrar os imigrantes através de trabalhos de pressão e luta *vis-à-vis* o Estado e instâncias oficiais: SOS Racismo, Olho Vivo e, de uma forma indirecta, a Solidariedade Imigrante.⁹

Em suma, o mercado do terceiro sector imigrante está estruturado em torno de três diferentes tipos de agentes: associações de e para imigrantes (algumas são detentoras do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social IPSS); instituições ligadas à Igreja, com o estatuto jurídico de ONG; instituições de pressão e de luta pelos direitos humanos, também elas ONG.

⁸ Trabalho de campo que decorreu ao longo do ano de 2003. Algumas associações perderam o seu estatuto formal, como foi o caso da Soyuz.

⁹ A Solidariedade Imigrante foi criada a partir de uma unidade de atendimento aos imigrantes existente no Olho Vivo em Lisboa. Como se poderá constatar mais à frente, as suas ligações com a extrema-esquerda orientam parte dos objectivos associativos.

Nos últimos anos, a vinda maciça de imigrantes do Leste Europeu e a sua grande difusão geográfica interpelou outras instituições. Associações de bairro, IPSS e Juntas de Freguesia têm redimensionado o trabalho social e o público-alvo, a fim de responder às solicitações dos imigrantes, ou de justificar e manter a instituição em funcionamento.¹⁰

Perante esta rede pré-montada, como se estruturam as associações de e para imigrantes do Leste Europeu? Quais são os seus objectivos? Quais são as suas actividades? Como se relacionam com as outras instituições concorrentes, nomeadamente as ONG ligadas à Igreja? E, em última instância, quais são os reflexos das estruturas de oportunidades da sociedade portuguesa nas associações?

O presente trabalho baseou-se em entrevistas aos dirigentes das associações de/para imigrantes do Leste Europeu e aos técnicos das instituições ligadas à Igreja. Ao todo, foram entrevistadas 8 associações de/para imigrantes do Leste Europeu, das quais 6 reconhecidas pelo ACIME: Associação dos Imigrantes do Leste Europeu, Associação de Apoio ao Imigrante – S. Bernardo, Respublika, Romena e Povos Amigos, Soyuz, Associação Solidariedade Imigrante. A Associação Casa do Leste e Associação Drujba ainda se encontravam numa situação de negociação interna entre sócios. Entrevistaram-se ainda o Serviço Jesuíta aos Refugiados, a Obra Católica Portuguesa para as Migrações e a Capelania dos Imigrantes Ucranianos, como forma de completar a descrição do terceiro sector dedicado à imigração.

As entrevistas contemplam diversos pontos essenciais para a compreensão do trabalho associativo e do mercado do terceiro sector na área da imigração. No entanto, não nos centrámos na realização efectiva das actividades e na possível acção colectiva, mas sim nas funções e objectivos formulados pelo discurso do dirigente associativo e do técnico das instituições ligadas à Igreja.

¹⁰ Observações recolhidas junto de uma IPSS em Viana do Castelo.

3. As associações de/para imigrantes do Leste Europeu

3.1. Papel das associações de Imigrantes – Panóplia de funções e tipos

Segundo John Rex (*apud* Moren-Alegret, 2002), existem quatro funções essenciais das associações, a saber, ajudar a vencer o isolamento social, afirmar os valores e as crenças do grupo, proporcionar um apoio assistencial aos membros do grupo, e agir na defesa dos interesses do grupo e na resolução de conflitos com a sociedade receptora. Marlow Schrover (2003), às funções supra citadas, acrescenta uma outra categoria, identificada no caso das associações de imigrantes na Holanda: a prática de aspectos ou atitudes da sociedade de acolhimento num ambiente étnico. As associações seriam assim uma espécie de escolas de treino para a futura participação na sociedade de acolhimento.

Há, portanto, uma complementaridade entre factores identitários (com base na origem nacional ou étnica) e factores materiais do grupo. Os factores identitários, isto é, a constituição de associações com base na origem nacional, étnica ou até mesmo racial, são dependentes ainda do reconhecimento oficial dado aos grupos imigrantes pela sociedade de acolhimento. A busca de uniformidade por parte das instâncias oficiais poderá condicionar o factor de congregação grupal. Com efeito, como vários autores alertam, os governos podem usar as organizações para moldar os imigrantes numa comunidade coerente (Danese, 2001; Ireland, 1994; Soysal, 1994).

Os domínios de intervenção das associações são criados e condicionados pelos quadros jurídicos da imigração, pela definição dos direitos aos quais os imigrantes têm acesso e os princípios organizativos e os estilos de incorporação da política de acolhimento (Soysal, 1994). Assim, tradicionalmente, as associações trabalham em três grandes áreas: a área sócio-económica, a área cultural e a área político-legal (Morén-Alegret, 2002).

Os factores que influenciam a formação das organizações de imigrantes são, *grosso modo*, de quatro ordens:

- 1 – o aspecto e a bagagem cultural dos imigrantes;
- 2 – o nível de recursos entre os membros da comunidade;
- 3 – o padrão de migração, nomeadamente o número de imigrantes (formação ou não de um público amplo);

4 – a competição no mercado do terceiro sector (existência ou não de uma rede pré-montada de organizações dedicadas aos grupos imigrantes).

Ainda no que diz respeito à constituição da organização, há factores próprios que moldam o carácter da organização:

- 1 – o perfil demográfico e socio-económico da comunidade imigrante;
- 2 – o tempo de permanência da comunidade;
- 3 – a forma como os imigrantes deixaram o país de origem (refugiados, ilegais);
- 4 – a estrutura de oportunidade política e sócio-económica.

Este último factor tem sido trabalhado por cientistas sociais como Yasemin Soysal (1994) ou Patrick Ireland (1994: 7), que o enquadram na teoria dos canais institucionais (*Institutional Channeling Theory*) e que definem como sendo “a situação legal dos imigrantes, os seus direitos sociais e políticos, as leis de cidadania da sociedade de acolhimento, os processos de naturalização, as políticas nas áreas de educação, habitação, mercado de trabalho e assistência social”.

Assim, e com base nestes factores primordiais de constituição das associações, alguns autores elaboram uma tipologia de associações e instituições que expressam os interesses dos imigrantes. Segundo Miller (*apud* Ireland, 1994), há cinco estratégias usadas pelos imigrantes para expressarem os seus interesses. Este processo pode ser feito através da constituição de organizações dirigidas para o país de origem (*homeland organizations*); da participação em conselhos consultivos a nível local e nacional; da participação em conselhos nos locais de trabalhos ou nos sindicatos dos trabalhadores; da participação em partidos políticos, organizações religiosas ou cívicas.

As formas de participação relacionadas com as estruturas de oportunidades políticas são de três ordens: a participação direccionada para o país de origem, a participação institucional (uso de canais pré-existentes) e uma participação que visa o confronto (Ireland, 1994).

Relativamente às organizações criadas para imigrantes, John Casey (*apud* Moren-Alegret, 2002) distingue entre as ONG criadas para imigrantes e as ONG criadas por imigrantes. A distinção permite criar uma nova tipologia de organizações. Existem as

organizações étnicas, criadas por grupos de imigrantes; as organizações generalistas da sociedade de acolhimento, cujos objectivos principais são o de servir a população em geral; e as organizações especializadas da sociedade de acolhimento, que se dedicam exclusivamente às necessidades de imigrantes e minorias étnicas.

Como se pode constatar, existe um amplo leque de tipologias na área da constituição do sector voluntário ligado à imigração, exemplificador da teia de redes de associações e organizações nos diversos países de imigração. Segundo Yasemin Soysal (1994), essa diversidade de modelos de organização encontra uma explicação plausível nos diferentes tipos de modelos de pertença à comunidade e nos diferentes tipos de recursos disponíveis. A autora estabelece uma tipologia, com quatro modelos de pertença: o modelo corporativista (Suécia e Holanda), o modelo liberal (Suíça e Reino Unido), o modelo estatal (França) e o modelo fragmentado (países do Golfo Pérsico). Esta tipologia das estruturas organizativas do sector voluntário ou associativo está ainda fortemente relacionada com o tipo de Estado-Providência vigente (Barthélemy, 2000; Donati, 2000).

A abordagem do movimento associativo imigrante através do mundo mais amplo dos movimentos sociais pode ser útil para compreender a complexa rede de relações inter-institucionais, a evolução das associações e a estrutura de oportunidade política que Gaia Danese (2001: 71) define como sendo a “receptividade e a vulnerabilidade do sistema político à acção de um grupo contestatário, e o grau e o tipo de acessos às instituições e aos recursos que o grupo consegue”.

3.2. As associações de e para imigrantes de Leste: Constituição, objectivos e actividades

As variáveis que permitem dar um retrato da constituição da associação e da sua importância são: a data oficial da criação; a natureza jurídica; os sócios fundadores; o perfil do presidente associativo; os objectivos nos estatutos e na narrativa discursiva do entrevistado; a localização da sede e dependências; o número de sócios inscritos e a nacionalidade dominante dos utentes; o apoio financeiro e logístico.

Como se pode constatar na tabela abaixo, as associações foram criadas entre os anos de 2000 e 2002, com um surgimento elevado em 2001.

Ano de Criação Formal da Associação	Número de Associações
2000	1
2001	6
2002	1

A primeira associação criada foi a Soyuz, que aparece como a associação-mãe para outras, nomeadamente para a Respublika e a Berek.¹¹

A data da criação coincide com a vinda maciça de imigrantes do Leste Europeu no ano de 2001 (SEF, 2002) e com a criação do Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro, que regulou as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

A natureza jurídica das associações foi facilitada pela existência de um quadro jurídico muito próprio – Lei n.º 115/99, de 3 de Agosto, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de Maio – que orienta a criação das associações de imigrantes. Assim, seis das oito associações tinham o estatuto de associação de imigrantes, com estatutos publicados em *Diário da República* (DR) e com um âmbito de actuação delimitado.

Apenas a Casa do Leste e a Drujba não tinham, à data das entrevistas, a formalização completa da associação, para poderem solicitar o estatuto jurídico. Tal atraso administrativo decorria dos conflitos existentes na direcção das associações, o que levou recentemente ao fechamento das mesmas.

Assim, as associações reconhecidas pelo ACIME tinham um âmbito de actuação nacional, excepto a Associação de Apoio ao Imigrante S. Bernardo, que contestou o estatuto local, por considerar prestar apoio a imigrantes provenientes dos mais diversos cantos do país.

A localização da sede e a existência de dependências nalguns casos atestam da grande dispersão geográfica dos imigrantes do Leste Europeu. A maioria concentra-se na

¹¹ A associação Berek, criada por imigrantes russos em Lisboa em 2001, apesar de não ter o reconhecimento do ACIME, tem sido apontada como uma associação estruturada. Vários contactos foram feitos com o Presidente da Associação, que não mostrou disponibilidade para conceder uma entrevista.

Área Metropolitana de Lisboa (AML), com a existência de dependências noutras partes do país. É o caso da Associação dos Imigrantes do Leste Europeu, com dependências em Vila Franca de Xira, Algarve e com futura instalação nos Açores. É o caso da associação Solidariedade Imigrante, que planeava abrir delegações em Mafra, Coimbra e Porto. As associações Casa do Leste e Družba localizavam-se em Braga, e a Associação de Apoio ao Imigrante S. Bernardo em Aveiro. Há conhecimento de outras instituições que se dedicam à integração dos imigrantes do Leste Europeu nos mais diversos cantos do país, em Valença, em Viana do Castelo e Beja.

Os objectivos das associações são publicados em *Diário da Republica*, e vão, de uma forma geral, ao encontro dos objectivos desejados pelo Regime Jurídico das Associações de Imigrantes, como versa o artigo 2º da Lei n.º 115/99: “proteger os direitos e interesses específicos dos imigrantes e dos seus descendentes residentes em Portugal”. Alguns objectivos mais específicos são detalhados nos estatutos e remetem para o tipo de público visado. Assim, destinam-se a imigrantes do Leste, ou imigrantes eslavos, ou imigrantes romenos, ou mais genericamente imigrantes e minorias étnicas de *tout bord*.

Apesar dos objectivos expressos nos estatutos serem muito semelhantes, os motivos da criação da associação são muitos e diversos. Com efeito, cada associação tem um motivo específico para a sua criação, desde o contacto inesperado com o imigrante do Leste à reestruturação de actividades:

Começou graças a uma situação que aconteceu aqui na Junta de Freguesia de São Bernardo, que foi a colocação por parte do consócio da cidade digital que colocou os computadores ali no átrio da... no hall da Junta. Foi com grande surpresa, nossa que a maior parte dos utilizadores não eram dos cidadãos aqui da freguesia mas eram cidadãos estrangeiros que procuravam desta forma o contacto mais fácil e mais económico com os familiares, portanto, no país pelo qual eram oriundos. Fomos começando a ter algum contacto com eles e uma necessidade que eles apresentavam como bastante importante era a aprendizagem da língua portuguesa. Para isso tivemos logo no início um grupo de voluntários que começaram a administrar aulas de português. Uma outra situação que ocorreu seguidamente foi o facto de começarem a dizer da necessidade de os colocarmos no mercado de trabalho. (Associação de Apoio ao Imigrante S. Bernardo)

Passando pela defesa de um local de habitação comum:

A nossa Associação Romena e Povos Amigos foi criada para proteger o centro de acolhimento dos romenos que estão em Poço de Bispo (...) a Câmara queria deitar a casa a baixo. E para a gente não ficar desprotegida sem para onde ir, então nós criamos esta Associação. (Associação Romena e Povos Amigos)

Ou, no caso da Solidariedade Imigrante, pela defesa dos direitos e interesses dos imigrantes em geral:

A nossa Associação apareceu de um trabalho vasto, imenso, que vínhamos desenvolvendo no seio do Olho Vivo. Devido ao centro de apoio ao imigrante, que cresceu muito e para dar voto aos imigrantes e para dar autonomia aos próprios imigrantes, foi necessário criar a Associação Solidariedade Imigrante, que surge em Junho de 2001. (Associação Solidariedade Imigrante)

Os motivos prendem-se ainda com o perfil dos sócios fundadores e do presidente associativo. Como é descrito na literatura vigente, o perfil dos fundadores é fundamental para a consagração da associação no meio do terceiro sector e para a continuidade do trabalho associativo. Thomas Y. Owusu (2000), ao analisar as associações de imigrantes do Gana em Toronto no Canadá, usa a hipótese de Raymond Breton do Pedido Social (*Social Demand*) para explicar por que motivo os líderes associativos se caracterizam por ter um perfil elitista. Com efeito, só alguém com um perfil académico e técnico adequado pode inteirar-se dos processos administrativos e burocráticos a fim de criar uma associação. A politização da associação é ainda fortemente dependente dos que presidem aos desígnios da organização. Com efeito, a busca de realização e os interesses pessoais podem comprometer o futuro organizativo (Wenden e Leveau, 2001). Assim, a análise dos estatutos publicados em DR e das entrevistas apresenta dados interessantes relativamente a esta variável.

Das oito associações contempladas, quatro foram criadas simultaneamente por portugueses e estrangeiros. É o caso da Associação dos Imigrantes do Leste Europeu, que, para além do presidente ser cidadão de nacionalidade portuguesa e jurista de profissão, tem sócios fundadores de nacionalidade búlgara. A associação de Apoio ao Imigrante S. Bernardo é constituída por portugueses funcionários da Junta de Freguesia de S. Bernardo em Aveiro e por mulheres ucranianas. A associação Solidariedade Imigrante destaca-se, na medida em que foi criada a partir da organização não-governamental Olho Vivo. Os seus sócios são cidadãos portugueses provenientes do Olho Vivo e um cidadão senegalês. A Casa do Leste foi criada a partir do Departamento de Migrações e Turismo da Diocese do Porto juntamente com cidadãs de origem russa.

As restantes instituições foram criadas por pessoas de origem nos países do Leste Europeu. É o caso das associações com uma designação eslava ou com a denominação da nacionalidade dominante: Soyuz, Respublika, Drujba, Associação Romena e Povos Amigos. A Soyuz e a Respublika foram criadas por mulheres com dupla nacionalidade, portuguesa e russa, com um perfil profissional próximo das classes médias urbanas (profissões ligadas às

engenharias e jornalismo), casadas com portugueses cuja profissão se aproxima do perfil das líderes associativas em questão, e a residirem em Portugal há pelo menos uma década. O perfil descrito é semelhante no caso das duas mulheres de origem russa que fazem parte dos sócios fundadores da Casa do Leste. Facto interessante é verificar que estas mulheres já se conheciam por outros motivos e através de outras redes.¹² A Drujba foi a única associação criada por ucranianos, que, curiosamente, têm laços de parentesco próximos. Por fim, a associação Romena e Povos Amigos foi criada, como o nome indica, por um cidadão romeno, com um perfil profissional menos qualificado e inserido na construção civil.

Para poderem pedir o estatuto de associações de imigrantes, um dos critérios de seriação é a representatividade da associação, medido através do número de sócios inscritos. Como já foi dito acima, é necessário um mínimo de 100 sócios para poder obter o estatuto de associação local. Este critério de selecção deve ser considerado quando queremos avaliar o número de sócios referido pelo entrevistado. Mais do que o número de sócios, é a avaliação da participação dos imigrantes nas estruturas montadas pela associação que nos fornece uma ideia da seriedade e viabilidade do trabalho associativo.

Assim, o número apresentado de sócios varia entre 50 e 5000. Poderá haver um inflacionar deliberado por parte do entrevistado e, por conseguinte, devemos olhar para estes números com alguma reserva, principalmente quando os dirigentes associativos apontam uma falta de participação imigrante nas actividades protagonizadas pela associação. A participação é limitada à resolução de problemas ligados à regularização e ao apoio jurídico:

A maior parte dos utentes vêm cá, sem dúvida nenhuma, para resolver a sua situação ao nível da legalização. Isso é a realidade. Depois temos os casos pontuais que vêm para as actividades que nós promovemos, vêm, também, com alguma frequência para o tal apoio jurídico. (Associação de Apoio ao Imigrante S. Bernardo)

Há por parte dos dirigentes algum desencanto com o facto de os imigrantes terem uma atitude utilitarista para com o trabalho da associação:

E depois de verem o seu problema resolvido, não põem os pés. Mas põem mais tarde. Depois mais tarde eles vão precisar outra vez, e eles dizem: “a Associação fez um bom trabalho, fez isso e resolveu o nosso problema. Agora tenho esse problema e vou lá outra vez.” Ai é que a porca torce o rabo. (Associação Solidariedade Imigrante)

¹² Estes membros vieram para Portugal em finais da década de 1980, através de programas científicos ou através do casamento com portugueses que estudaram ou trabalharam na extinta União Soviética.

Não parecem reconhecer o trabalho que é feito, nem entendem a gratuitidade do acto:

Não há solidariedade nenhuma, nem entendem o problema da solidariedade e da associação e talvez, talvez demore bem uma dezena de anos, até quinzena e vão voltando e vão vendo o mundo que os rodeia e o que é que existe, para tomarem consciência dos objectivos da associação e da importância, demorará dez anos e várias necessidades que vão tendo ao longo do percurso aqui para depois começarem a dar valor à associação. (Associação dos Imigrantes do Leste Europeu)

Para um dos dirigentes da Casa do Leste, a grande dispersão geográfica e o facto de o imigrante do Leste Europeu, nomeadamente da Ucrânia, ser introvertido e muito ligado às origens explicam, em parte, a pouca participação nas estruturas da associação: “Dá-me impressão que um ucraniano que é muito da sua terra (...) a dispersão é muito grande”. A falta de participação nas associações não é nada de novo no mundo associativo, não ultrapassando tradicionalmente 10% do total da população imigrante visada (*apud* Ireland, 1994: 277).

Facto interessante para a estruturação do mundo associativo e reflexo, em certa medida, da influência das instâncias oficiais é o critério de selecção dos associados e utentes. As associações criadas por portugueses não demonstram ter preferência por nacionalidades, tendo inclusive associados dos mais diversos países do Leste Europeu (Bulgária, Ucrânia, Moldávia, Roménia, Rússia, Bielorrússia, República Checa, Polónia, Casaquistão). No entanto, e indo de encontro ao número e à representatividade das nacionalidades presentes em Portugal, a nacionalidade dominante dos imigrantes é ucraniana. Pode dizer-se que não se distingue no discurso comum o imigrante do Leste Europeu do imigrante ucraniano.

As associações criadas por imigrantes ou cidadãos portugueses com dupla nacionalidade têm critérios de selecção quando à nacionalidade dos possíveis sócios e utentes, publicados nos estatutos da associação. Assim, para a Soyuz podem ser associados “pessoas de origem eslava ou da União Europeia”, para a Drujba “pessoas do Leste Europeu ou cidadãos portugueses do distrito de Braga”, para a Respublika “pessoas da extinta União Soviética e União Europeia”, para a Romena e Povos Amigos, “romenos”. Esta pré-selecção dos associados demonstra uma tentativa formal por parte dos fundadores de dividir e distinguir o mercado do terceiro sector imigrante, bem como algum elitismo nos associados, nomeadamente no facto de pretenderem incluir pessoas da União Europeia. Outro aspecto que se destaca são os termos usados para designar a origem dos imigrantes: origem eslava, Leste Europeu, extinta União Soviética, romenos. Julgo que tal reflecte as necessidades da associação em se afirmar junto do maior número possível de nacionalidades, tentando

demarcar nichos de actuação. O mercado dos imigrantes do Leste é, portanto, suficientemente amplo e pouco dado à formação de comunidades¹³ com base numa origem nacional ou étnica. O trabalho de agregação de imigrantes, independentemente da origem nacional, pode ainda ser indirectamente influenciado pelas instâncias oficiais do Governo que procuram simplificar o mercado imigrante a fim de melhor o dominar (Danese, 2001; Soysal, 1994; Ireland, 1994).

O último ponto relativo à constituição das associações remete para o financiamento e a sobrevivência financeira. De uma forma geral, a tónica é de falta de apoios financeiros, tanto por parte dos sócios que não pagam as quotas como por parte das instâncias oficiais. O trabalho é feito maioritariamente com base no voluntariado dos fundadores e com base no pagamento de alguns serviços fornecidos pela associação, nomeadamente nas traduções e no apoio jurídico.

As instâncias oficiais que têm subsidiado parte das associações são os municípios, as juntas de freguesia, o ACIME, uma entidade bancária e a Igreja Católica. O dirigente da Associação Romena e Povos Amigos explica ainda a dificuldade de obter financiamentos por parte do ACIME, bem como a luta que existe entre as associações para obterem esses recursos:

Queríamos dinheiro para pôr a Associação em ordem, mas não se pode pedir financiamento quando eles levaram o bolo grande todo. É tudo com eles. É cinquenta mil, é cem mil, é cada um quanto pediu tem que tomar isso tudo, não deixam ficar nada. Se o orçamento do Alto Comissariado é de quinhentos mil euros, sempre aquele cinquenta para aqui e não sei quanto, e pronto, já foi tudo.

3.3. As actividades das associações de/para imigrantes do Leste Europeu no contexto mais amplo do mercado do terceiro sector

As associações contempladas dedicam-se prioritariamente às áreas sócio-económicas e legais.

O apoio sócio-económico é essencialmente feito através da inserção no mercado de trabalho, actuando as associações como agentes de colocação de mão-de-obra, com o apoio, nalgumas delas (Associação de Apoio ao Imigrante S. Bernardo, Solidariedade Imigrante, Drujba), de Unidades de Inserção Profissional (UNIVA) dos Institutos de Emprego e

¹³ Alguns factores explicativos para esse padrão de incorporação são avançados ao longo das entrevistas: questões culturais como o grande individualismo dos imigrantes, a dispersão geográfica, as diferenças étnicas existentes nos países de origem e a receptividade da sociedade de acolhimento.

Formação Profissional locais. A associação Solidariedade Imigrante e a Associação dos Imigrantes do Leste Europeu contactaram as entidades patronais e os sindicatos de trabalhadores para facilitar a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho. O ano de maior procura de mão-de-obra imigrante foi 2001. Os anos subsequentes foram caracterizados por um claro abrandamento das actividades ligadas à incorporação no mercado de trabalho, que alguns dirigentes associam ao abrandamento da actividade da construção civil e obras públicas em Portugal. As actividades profissionais que ainda necessitavam de trabalhadores imigrantes no ano de 2003 eram as ligadas à mão-de-obra feminina, como o serviço doméstico privado ou serviços de limpeza industrial.

Mas o apoio à incorporação no mercado de trabalho não é estruturado de forma idêntica nas diferentes associações. Enquanto algumas fizeram disso a sua actividade maior (Drujba, Associação dos Imigrantes do Leste Europeu, Solidariedade Imigrante, Associação de Apoio ao Imigrante S. Bernardo, Romena e Povos Amigos), outras, pelo contrário, foram muito selectivas e cuidadosas no processo de ajuda (Soyuz, Respublika¹⁴), recusando, no caso da Casa do Leste, a continuidade da actividade por medo de conotações negativas com os casos de extorsão vividos por imigrantes.

Para além da incorporação no mercado de trabalho, algumas associações deram algum apoio no caso da procura de habitação e no encaminhamento no acesso à saúde. No entanto, esse apoio caracterizou-se por ser pontual e pouco estruturado.

A tradução de documentos foi uma actividade muito frequente, que se caracterizou por ser, na maioria dos casos, um serviço pago pelo imigrante.

O apoio à aprendizagem da língua portuguesa foi também uma grande vertente das associações mais estruturadas (Associação de Apoio ao Imigrante S. Bernardo, Solidariedade Imigrante), que, conjuntamente com as entidades oficiais competentes (respectivas Direcções Regionais de Educação Nacional e Institutos de Emprego e Formação Profissional), proporcionaram aulas de língua portuguesa. As restantes associações apenas encaminharam os imigrantes para os respectivos centros dos serviços públicos.

O apoio legal foi outra grande vertente das associações de imigrantes. Com efeito, todas elas forneceram apoio nesse sentido, que passou pelos processos de legalização, pelo reconhecimento de diplomas (Soyuz e Respublika), pelo reconhecimento de documentos

¹⁴ “Porque as pessoas que estão inscritas na Associação, normalmente, já têm trabalho, e só querem melhorar as condições” (Respublika).

diversos como as cartas de condução, as certidões do estado civil, os processos de reagrupamento familiar e o apoio jurídico no caso de não cumprimento dos contratos de trabalho, acidentes de trabalho e do envolvimento do imigrante com a justiça portuguesa (Soyuz, Respublika, Solidariedade Imigrante, Associação dos Imigrantes do Leste Europeu). As associações tiveram que se adaptar aos condicionalismos do enquadramento jurídico e aos condicionalismos da língua, socorrendo-se, no caso de associações criadas por portugueses, de imigrantes eslavos para fazer o trabalho de tradução.

Nenhuma das associações tem interesse pelas actividades directamente vocacionadas para as mulheres migrantes. Contudo, a Solidariedade Imigrante demonstrou interesse em futuramente dedicar algum esforço no sentido de abranger as necessidades específicas que as mulheres migrantes têm:

Nós nos apercebemos que há imenso trabalho e que há muitas potencialidades a tirar do trabalho e da disponibilidade delas e das experiências e etc. É importante também abranger esta temática do direito das mulheres imigrantes, é importante.

As associações não funcionaram todas como centros de convívio e de divulgação da cultura do país de origem e espaços de aprendizagem da sociedade de acolhimento. Com efeito, o aspecto cultural foi o menos trabalhado no conjunto das associações. As actividades culturais foram pontuais no caso das Associações dos Imigrantes do Leste Europeu, Drujba, Romena e Povos Amigos, Casa do Leste. A falta de apoio logístico e de participação dos imigrantes, os interesses particulares dos presidentes associativos e os atritos nos órgãos sociais não permitiram uma acção estruturada de actividades sociais e culturais.

As restantes associações (Associação de Apoio ao Imigrante S. Bernardo, Soyuz, Respublika, Solidariedade Imigrante) procuram desenvolver actividades sociais e culturais com intuítos distintos. As associações Soyuz e Respublika procuravam “elitizar” o trabalho associativo, através de projectos futuros ligados à criação de bibliotecas, escolas para crianças de origem russa, exposições de pintura e coros. Os acontecimentos sociais também ocorrem mas não são apenas destinados aos imigrantes. Haverá certamente a procura de criação de espaços onde os interesses matrimoniais e outros poderão estar em harmonia.

Facto interessante é que estas associações trabalham com imigrantes, que, na sua grande maioria, são ucranianos; no entanto, a origem das presidentes e dos fundadores bem como os objectivos futuros de desenvolvimento cultural e social passam por um retorno às origens russas. A cisão étnica existente na Ucrânia poderá talvez explicar algumas atitudes

dos presidentes russos *vis-à-vis* os imigrantes ucranianos, acreditando que os projectos futuros poderão ter viabilidade. Com efeito, os imigrantes ucranianos, dependendo da proveniência regional, estão mais ou menos afastados dos russos, culturalmente, mas também a nível da língua, como explica a Presidente da Associação Respublika:

São ucranianos 80%. Mas aí tem, a Ucrânia tem duas partes, a Ucrânia russa e a Ucrânia Ucrânia. Portanto, aquela que parte da Rússia nós compreendemos muito bem porque pensamos igual (...) que tem mais indústria, está mais urbanizada, industrializada, as pessoas tiveram outras oportunidades, são mais estudiosos, têm um pensamento (...) Aqueles que são do leste, eles são mais rurais, são mais de aldeias, falam muito pouco russo, porque sempre estão lá sua coisa, e as pessoas que é uma comunidade, são fechados, são desconfiados.

Como se depreende das actividades exercidas pelas associações, o mercado do terceiro sector imigrante é vasto e constituído por múltiplos agentes. A inserção dos imigrantes é um assunto complexo e trans-ministerial, fazendo com que as associações tenham de trabalhar em simultâneo com vários departamentos ministeriais e serviços públicos, a fim de poderem concretizar a incorporação do imigrante nos diferentes subsistemas funcionais do Estado-Nação (Guiraudon, 2000).

As relações com os ministérios da Administração Interna, do Trabalho, da Justiça, da Saúde, dos Negócios Estrangeiros e da Educação são as mais frequentes. Essas relações não são efectuadas ao mais alto nível, mas sim com os serviços públicos que esses ministérios disponibilizam. Esses serviços são mais frequentes com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, as Direcções Regionais de Educação e os Centros de Administração Escolar, o Serviço de Informação e Segurança, e os departamentos do registo civil e notarial.

As relações são mais ou menos pacíficas e criticadas de acordo com o tipo de dirigente associativo e com o tipo de associação. Para o dirigente da Associação dos Imigrantes do Leste Europeu, o diálogo com os ministros, seus secretários de estado e com o ACIME é dificultado por estes não terem a menor apetência para conhecerem o mundo associativo:

Eu não sei exactamente o que faz o Alto-Comissário, mas uma coisa tenho a certeza: o Alto-Comissário não convocou uma única vez a nossa associação para reunir com ele e ele já desmarcou pelo menos três vezes encontros que tinha agendado connosco. Com outras associações eu acredito que se passe o mesmo e acho que o Alto-Comissário está a utilizar o cargo de uma maneira que é meramente corporativa. Está a preencher um lugar que devia ser preenchido, mas exactamente com um único sentido: é assim, vai ocupar o lugar, mas só para o preencher formalmente na cadeira. Não para fazer nada. Porque é impossível que se tenha

aprovado uma lei não sendo nós ouvidos, tendo nós solicitado várias vezes problemas que temos no dia-a-dia e o Alto-Comissário não reage, não reúne não faz workshops, não tenta as experiências das associações para apresentar propostas legislativas ao Governo, porque eu acho que essa era a função dele, mais do que estar preocupado em alguns casos concretos que existem, que saem nos jornais, porque uma africana ficou detida no aeroporto, eu acho que do Alto-Comissário era... aqui dá-se por natureza que deveria reunir-se com associações periodicamente e debater os vários problemas periodicamente e apresentar normas legislativas ao Governo, e o Governo simplesmente debatia e levava ao Conselho de Ministros e aprovava ou não. Porque isso de lidar com os imigrantes, como os problemas são tão variados, tão específicos, mas antes até diria mais: julgo que em funções não há nenhum Alto-Comissário. Em funções práticas não existe Alto-Comissário. As ligações com o SEF, com o SIS, como o IDICT são boas. Só que acho que as instituições falham. O SEF falha por falta de pessoal, o IDICT falha por incompetência tremenda dos seus funcionários, uma coisa terrível, depois os IDICT não funcionam todos iguais, o IDICT de Aveiro funciona de uma maneira, o de Santarém de outra, o de Vila Franca de outra, o de Lisboa de outra, não existe critério e a norma interna, a fixação do regulamento na parede, tanto hoje podem aceitar amanhã podem não aceitar, hoje pedem isso amanhã pedem outra, as ilhas pedem uma coisa o continente outra, Viseu tem uma atitude, Beja tem outra, isso é um pandemónio. Mas, mantemos ligações com todas as instituições oficiais do Governo. Só não conseguimos ter é mesmo com o Governo. Ao Governo é que a gente não chega. Ao Ministro que tutela a situação não conseguimos, o Secretário de Estado não nos recebe e o Alto-Comissário, também não (...) o papel do nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros, aí o problema é desastroso. Mas isso é uma crítica que o próprio Durão Barroso faz ou o próprio Ministro da Economia faz, há solução absolutamente hermética do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Estão ali para ir a recepções e cortar fitas.

Não obstante o reconhecimento do trabalho de investigação feito pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, este organismo é severamente posto em causa, pela morosidade dos processos, pela burocracia, e pela relação entre investigação e criminalidade.

O Poder Local é referido por ceder espaços e verbas para algumas associações. É o caso da Associação de Apoio ao Imigrante S. Bernardo, da Soyuz, da Respublika e da Drujba. No caso da Respublika, a Câmara Municipal de Sintra disponibilizou uma verba de 10.000 euros para abrir um espaço de cultura russa.

Os sindicatos de trabalhadores, como a UGT e a CGTP, são procurados apenas pela Solidariedade Imigrante e pela Associação dos Imigrantes do Leste Europeu. A associação Solidariedade Imigrante tem um melhor conhecimento do funcionamento dos sindicatos de trabalhadores e do patronato, que decorre da sua postura politizada e da ligação a movimentos sociais de extrema-esquerda.¹⁵

¹⁵ Segundo o técnico entrevistado da Obra Católica Portuguesa para as Migrações, o mundo associativo é complexo e politizado de forma pouco consensual: “Se reparar pelas leituras dos anos passados, quem é que está a telecomandar as manifestações de rua? É o SOS Racismo, a Rede Anti-Racista, ou então são imigrantes. Isso é visível. E eu sinto-me um bocado atrapalhado porque de facto estão a manipular. As grandes associações que estão, como sabe, ligadas à extrema-esquerda a fazer isto e assim, muito bem, tudo o que for preciso, estas associações estão a tentar telecomandar as associações de imigrantes. Porque eu não sei se a Casa do Brasil vai aguentar a coordenação do Secretariado Coordenador das Associações de Imigrantes (SCAI). Porque a pressão

Os inúmeros casos de legalização, reagrupamento familiar, certificação de documentos e repatriamento ou retorno voluntário obrigam a uma constante cooperação com as instituições representantes dos países de origem, nomeadamente as embaixadas da Ucrânia, Rússia, Roménia, Bulgária e Hungria. A Embaixada Ucraniana é a mais problemática por dificultar o acesso à informação: “O único Consulado com que não conseguimos trabalhar é o ucraniano” (Respublika).

No caso de cidadãos do Casaquistão, as associações vêm-se obrigadas a recorrer às representações consulares em França. O trabalho de legalização e regularização da situação oficial e/ou jurídica dos imigrantes do Leste Europeu permite aos voluntários e funcionários das associações profissionalizarem-se numa área em aberto:

Casaquistão é um bocadinho mais difícil, porque cada questão a Embaixada é na França. Mas temos contacto com a França, falo um pouquinho de francês, e tentamos ultrapassar de uma certa forma. (Associação de Apoio ao Imigrante S. Bernardo)

Poucas são as associações de imigrantes do Leste Europeu que mantêm um contacto estrutural com as instâncias oficiais dos países de origem dos imigrantes. De acordo com fontes privilegiadas, a Respublika tinha laços com a Embaixada Russa que impulsionaram a criação da associação.

A rede pré-existente de serviços a imigrantes e pessoas numa situação de exclusão social determina as relações e actividades de algumas associações. Essa rede poderá ser mais forte nalguns distritos, como será o caso de Braga, onde as duas associações de imigrantes e para imigrantes identificadas se deparavam com problemas de funcionamento e de legitimidade junto dos próprios imigrantes. As organizações não-governamentais, as instituições particulares de solidariedade social e as organizações ligadas à Igreja Portuguesa são as mais proeminentes. A colaboração não é isenta de alguma rivalidade, inerente à competição para a partilha do mercado do terceiro sector. É o caso da Associação dos Imigrantes do Leste Europeu, que não vê com bons olhos o trabalho efectuado pela Igreja Católica:

Tem um papel activo, importante, mas que é só deles. Nós devemos à Igreja, como dissemos, gostaríamos de convidar a Igreja na fundação da associação, nem nos responderam. Falamos com o responsável para a área das migrações dezenas de vezes tentando convocá-los para, e não desceram para as nossas coisas. Nós temos ido aos convénios que eles organizam, mas eles não descem cá. Como uma força política importante, a Igreja é uma força política

é tal, e como a Associação Solidariedade Imigrante tem este indivíduo a tempo inteiro para a Associação, então esses indivíduos vão a todas. O José Falcão está em todas, com a sua mota e os seus livros, em todas. E eles querem dominar”.

fortíssima, tem partes em todas as paróquias, tem vigariarias, freguesias, tem bispos, tem diáconos, tem uma máquina tremenda... têm um trabalho próprio, têm as metas deles, têm os objectivos deles sempre com o tempo pastoral em cima, portanto, sempre que vêem um imigrante ele é um potencial a evangelizar, não sei. E, portanto, eles tomam conta das iniciativas deles, têm uma actividade muito intensa nesse nível, dão apoio, mas estou convencido que não dão apoio ao nível da legalização, nem dão apoio ao nível da resolução dos problemas. Dão apoio logístico, dão apoio de alimentação, dão comida, dão cobertores, etc. A nível da misericórdia são eficientes. Desconfio muito da eficiência ao nível de outras coisas, por exemplo ao nível da legalização, ao encontro do trabalho, reagrupamento familiar e tal. Portanto, numa parte, a Igreja é muito útil. Na outra eu acho que são extremamente... que não têm um papel relevante. Mas numa parte têm, que é a parte do acolhimento.

Ou ainda a crítica que a Presidente da Soyuz fez à inércia da Igreja Católica Portuguesa, que durante largos anos ignorou os praticantes religiosos cristãos ortodoxos:

A situação é muito complicada porque a Igreja portuguesa, eu acho que não faz nada. Igrejas locais, a comunidade ortodoxa do patriarcado de Moscovo foi acabada de formalizar, e está a tentar formar a comunidade, não existe, a comunidade mais velha, de há dez anos, que é da Igreja russa no estrangeiro, não fez nenhum trabalho, embora seu membro mais activo e fundador desta comunidade, não desenvolveu um trabalho na área social. Eu acho que é, além de ter, assim, encontros informais e festas.

As instituições mais referidas são a Cruz Vermelha, o Serviço Jesuíta aos Refugiados, a Caritas, as Dioceses, a Obra Portuguesa Católica para as Migrações, o Olho Vivo (disseminado em diversos concelhos do país) e o SOS Racismo. As últimas duas organizações não-governamentais são interpeladas apenas no sentido de participar em acontecimentos do foro dos Direitos Humanos e da defesa dos direitos dos Imigrantes. As instituições com um pendor caritativo são usadas no caso do reencaminhamento de imigrantes em casos de forte exclusão social:

Parcerias ao nível das instituições, nomeadamente uma instituição que tem sido bastante relevante neste processo todo que é a Caritas da cidade de Aveiro. Mas isso é para apoio pontual. Para dois, três ou quatro dias, de facto, as pessoas não têm onde ficar, eles dão alojamento, dão comida, dão, portanto, alimentação e todos os cuidados a nível básico, cuidados básicos de higiene, portanto, eles conseguem fornecer isso. (Associação de Apoio ao Imigrante S. Bernardo)

A pertença a redes transnacionais, regionalizadas como no caso da União Europeia ou internacionais, é muito limitada. Apenas a Solidariedade Imigrante se procura internacionalizar, através da Rede Europeia Anti-Racista e o Fórum Social Europeu. As relações com associações imigrantes fora de Portugal são esporádicas e não são institucionalizadas. A Soyuz conhecia o trabalho dessas associações no Canadá, Alemanha e França, mas para interesses próprios. A Associação Romena e Povos Amigos sabe da existência de outras associações romenas no espaço da União Europeia, mas optou por não edificar laços inter-associações por questões monetárias:

Não podemos fazer, acho que não, eu achei que não era conveniente contactar com Associações em França ou na Itália que também têm, ou em Espanha, também têm muitas, porque não conseguimos desenvolver nada, porque é só gastar dinheiro. (Romena e Povos Amigos)

As relações entre associações de e para imigrantes do Leste Europeu em Portugal são esporádicas e de natureza conflituosa. O ACIME foi a plataforma de ligação entre as associações de imigrantes, que se conheceram nas reuniões dos órgãos consultivos criados pelo ACIME, nomeadamente o Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração.¹⁶ A partir desses contactos, outras plataformas de entendimento se criaram por iniciativa de algumas associações como o SCAI (Secretariado Coordenador das Associações de Imigrantes), coordenado pela Casa do Brasil, ao qual pertencem a Solidariedade Imigrante, a Associação da Comunidade do Leste e a Soyuz.

As associações criadas por portugueses são muito críticas quanto à actuação das associações criadas por imigrantes do Leste:

O mundo associativo é complexo e estas associações de países de leste, também, é um pouco desconhecida ainda por parte de muita gente, conhecemos algumas, nós tentamos relacionar-nos da melhor forma com todas elas, com espírito de grande abertura, de grande colaboração, mas também, eu sei que há algumas que era melhor não terem aparecido como associações, porque não servem nenhum dos objectivos das comunidades imigrantes, e se calhar servem objectivos meramente individuais e oportunistas, de algumas pessoas sem escrúpulos que existem em algumas associações. (Associação Solidariedade Imigrante)

As relações entre as associações de imigrantes criadas por cidadãos do Leste Europeu são competitivas nuns casos e de próxima colaboração noutros casos:

Não trabalhamos [com a Casa do Leste], eu acho que nós, nós somos concorrentes. Mais ou menos. (Drujba)

Porque desejavam um associativismo muito forte e conhecemos posteriormente que haviam outras situações que cobraram dinheiro para e não fizeram nada, e ficaram com o dinheiro, e muito dinheiro, também, e continuam a fazer isto [referindo-se à Soyuz]. Portanto, aí separamos rapidamente (...) Temos uma ligação com uma Associação de Braga que se chama Casa do Leste, e depois, temos também uma ligação com outra Associação do São Bernardo de Aveiro. Este de Aveiro, também não o conhecemos muito bem. Mas parece-nos que trabalham bem. Parece que estes são mais ou menos fiáveis, que podemos confiar. (Respublika)

Apesar de existirem múltiplas associações vocacionadas para o trabalho de inserção destas novas comunidades imigrantes, as mais referidas são a Respublika, a Soyuz, a

¹⁶ Ver Decreto-Lei n.º 251/2002, de 22 de Novembro. Os órgãos consultivos, a nível nacional ou local, organizados de forma a fazer ouvir os interesses dos imigrantes, são uma forma comum e segura de acesso ao processo político de decisão, nos países de imigração (Anderson, 1990: 113).

Associação dos Imigrantes do Leste Europeu, a Associação de Apoio ao Imigrante – S. Bernardo e a Berek. Todas elas são reconhecidas pelo ACIME, excepto a Berek, e são solicitadas a participar em reuniões, dando-se a conhecer às outras associações. As associações do distrito de Braga, a Casa do Leste e a Drujba, por trabalharem de uma forma localizada, não eram conhecidas pelas associações criadas por portugueses a trabalharem em Lisboa. A regionalização das associações não parece surtir efeitos benéficos para as mesmas, já que os centros de decisão e reunião se mantêm na capital.

O trabalho das associações de imigrantes do Leste Europeu tem levantado dúvidas por parte de outros dirigentes associativos e de funcionários das instituições ligadas à Igreja:

A Soyuz, também, é uma interrogação (...) esta Helena [Presidente da Respublika], aparece também em várias coisas, ela vive já da associação, pelo que percebo, tem umas emissões de rádio lá e tal. (Obra Católica Portuguesa para as Migrações)

Algumas são vistas como pertencentes a supostas “máfias” locais, agindo com interesses muito próprios, praticando tabelas de pagamento exorbitantes para serviços já subsidiados pelos serviços públicos:¹⁷ “Poderá não ser da máfia pesada [referindo-se à Soyuz], mas é uma forma de, há uma sucursal da máfia” (Serviço Jesuíta aos Refugiados).

Não obstante a unanimidade das opiniões, devemos-nos limitar a levantar questões sobre a actuação das associações e seus interesses, sem procurar afirmar situações que não são verificáveis numa mera entrevista.¹⁸

4. Conclusão

As associações de e para imigrantes do Leste Europeu beneficiaram de um quadro institucional interessado, por um lado, em reconhecer associações de imigrantes e, por outro lado, em estabelecer canais de diálogo entre o mundo associativo e as instâncias oficiais. Esse enquadramento dos canais institucionais de participação foi habilmente gerido por membros de origem eslava, que, com base na interacção com outras associações pré-existentes, montaram muito rapidamente estruturas de trabalho, com base numa filiação

¹⁷ O discurso privilegiado nesse sentido é o do voluntariado e sacrifício do dirigente associativo que trabalha para o bem da comunidade, sem meios e recursos. Quando questionados sobre o financiamento da associação, eles são peremptórios: vivem sem subsídios, ou com alguns meios que vão recebendo, sem, no entanto, identificarem concretamente a proveniência do dinheiro.

¹⁸ O trabalho de recolha de dados concretos sobre as associações foi dificultado pela inexistência de dados e relatórios de actividades ou pela falta de cooperação do dirigente associativo entrevistado. O número de utentes nunca foi verificado através de uma base de dados, e o discurso do entrevistado é sempre pontual e factual.

étnica ampla. O desconhecimento das realidades imigrantes do Leste Europeu, o não conhecimento da língua dominante entre esses imigrantes e a existência de associações de imigrantes para os PALOP e outras nacionalidades, bem como ONG ligadas à Igreja, obrigaram as instâncias oficiais a facilitar a criação de associações e o reconhecimento das mesmas nos diferentes órgãos consultivos a nível nacional.

Contudo, a prática e a actuação das associações de e para imigrantes do Leste Europeu não se enquadram totalmente nas funções tradicionais atribuídas a estes agentes, nomeadamente a função de local de convívio e de aprendizagem das regras societais do país de acolhimento. Os objectivos centram-se prioritariamente na resolução de problemas imediatos, com fins pouco claros. Com efeito, os últimos contactos efectuados junto das associações alertam para a ligação das associações criadas por imigrantes do Leste Europeu com redes de extorsão. Assim, algumas das associações entrevistadas estão inactivas, como é o caso da Soyuz, Casa do Leste e Drujba.

Parece-nos que as associações criadas por portugueses demonstram uma maior viabilidade do que as criadas por imigrantes do Leste Europeu. A competição inter-institucional poderá ter condicionado em parte este evoluir associativo. Contudo, os dirigentes portugueses e os técnicos das organizações ligadas à Igreja são claros: alguns aspectos das comunidades imigrantes eslavas só podem ser trabalhados e entendidos por conterrâneos. Assim, e ao contrário de países como a Espanha e a Itália, as ONG pré-montadas não foram o motivo do desmoronamento de algumas associações de imigrantes eslavos. Na verdade, o grande contingente de imigrantes da Europa do Leste permite a criação de novas estruturas e o redimensionamento de outras.

Bibliografia

Albuquerque, Rosana *et al.* (2000), *O fenómeno associativo em contexto migratório – Duas décadas de associativismo de Imigrantes em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

Baganha, Maria Ioannis (1998), “Immigrant Involvement in the Informal Economy: The Portuguese Case”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 24 (2), 367-385.

Baganha, Maria Ioannis (1999), “Legal Status and Employment Opportunities: Immigrants in the Portuguese Labour Market”, *Oficina do CES*, 139.

Barthélemy, Martine (2000), *Un nouvel âge de la participation?* Paris: Presses de Sciences Po.

Cabral, Manuel Vilaverde (1997), *Cidadania política e equidade social em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

Carita, Cristina; Rosendo, Vasco (1993), “Associativismo Cabo-Verdiano em Portugal – Estudo de caso da Associação Cabo-Verdiana em Lisboa”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 13, 135-152.

Danese, Gaia (2001), “Participation Beyond Citizenship: Migrants Associations in Italy and Spain”, *Patterns of Prejudice*, 35 (1), 69-89.

Donati, Pierpaolo (org.) (2000), *Sociologia del terzo settore*. Roma: Carocci.

Geddes, Andrew (2000), *Immigration and European Integration – Towards Fortress Europe?* Manchester: Manchester University Press.

Guiraudon, Virginie (2000), *Les politiques d’immigration en Europe, Allemagne, France, Pays-Bas*. Paris: L’Harmattan.

Heisler, Barbara (1992), “The Future of Immigrant Incorporation: Which Models? Which Concepts?”, *International Migration Review*, 26 (2), 623-645.

Hespanha, Pedro (2000), *Cidadania e políticas sociais*. Coimbra: FEUC.

Ireland, Patrick (1994), *The Policy Challenge of Ethnic Diversity, Immigrant Politics in France and Switzerland*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

Machado, Fernando Luís (1992), “Etnicidade em Portugal – Contrastes e politização”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 12, 123-136.

Moren-Alegret, Ricard (2002), *Integration and Resistance: The Relation of Social Organisations, Global Capital, Governments, and International Immigration in Spain and Portugal*. Aldershot: Ashgate.

Owusu, Thomas (2000), “The Role of Ghanaian Immigrant Associations in Toronto, Canada”, *International Immigration Review*, 34 (4), 1155-1181.

Santos, Boaventura de Sousa (1995), “Globalization, Nation-States and the Legal Field: From Legal Diaspora to Legal Ecumenism?”, in Boaventura de Sousa Santos, *Toward a New Common Sense. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York: Routledge, 250-377.

Santos, Boaventura de Sousa (1999), “A construção multicultural da igualdade e da diferença”, *Oficina do CES*, 135.

Schmitter, Barbara (1981), “Immigrants and Associations: Their Role in the Socio-Political Process of Immigrant Worker Integration in West Germany and Switzerland”, *International Migration Review*, 14 (2), 179-192.

Schrover, Marlou (2003), “Immigrant Organisations in the Netherlands, Then and Now” (policopiado).

Servico de Estrangeiros e Fronteiras (2002), *Relatório de Estatísticas 2002*, Lisboa: SEF. in <http://www.sef.pt/data/relatorios/2002/relatorio2002.pdf>

SOS Racismo (2002), *A imigração em Portugal: os movimentos humanos e culturais em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo.

Soysal, Yasemin (1994), *The Limits of Citizenship. Migrants and Postnational Membership in Europe*. Chicago: University of Chicago Press.

Vertovec, Steve (1999), “Minority Associations, Networks, and Public Policies: Re-assessing Relationships”, *Journal of Ethnic and Minority Studies*, 25 (1), 21-42.

Wenden, Catherine Wihtol de; Rémy Leveau (2001), *La bourgeoisie – Les trois âges de la vie associative issue de l’immigration*. Paris: CNRS Éditions.